SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Processo Seletivo Simplificado – Edital 52/2026
Prova Objetiva – 18/10/2026

INSCRIÇÃO	TURMA	NOME DO CANDIDATO

ASSINO DECLARANDO QUE LI E COMPREENDI AS INSTRUÇÕES ABAIXO:	ORDEM

334 - Pedagogia / Ambiente e Saúde

INSTRUÇÕES

1. **Confira, acima, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.**
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. **Antes de iniciar a prova**, confira a numeração de todas as páginas.
3. Esta prova é composta de 72 questões de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a**, **b**, **c**, **d**, **e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
4. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas à equipe de aplicação de prova.
5. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome nele impresso corresponde ao seu. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente à equipe de aplicação de prova.
6. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
7. A duração da prova é de 4 horas, e esse tempo é destinado à resolução das questões e à transcrição das respostas para o cartão-resposta.
8. **Terá sua prova anulada e será automaticamente desclassificada do Processo Seletivo a pessoa que:**
   a) se afastar da sala, a qualquer tempo, portando o caderno de prova e o cartão-resposta;
   b) descumprir instruções/determinações contidas no caderno de prova ou recebidas de qualquer pessoa da equipe de aplicação;
   c) destacar ou rasgar qualquer página do caderno de prova, salvo a parte reservada para anotação de suas próprias respostas, devidamente indicada na capa do caderno de prova;
   d) faltar com o devido respeito para com qualquer pessoa da equipe de aplicação da prova, autoridade presente ou qualquer outra pessoa;
   e) for responsável por ruídos (som/vibração) emitidos por equipamentos eletrônicos, tais como relógio, celular ou outros aparelhos eletrônicos;
   f) for surpreendida em comunicação com outras pessoas, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação;
   g) mantiver em seu poder relógios, aparelhos eletrônicos (por ex. chave de carro, pen drive, fone de ouvido), carteira de documentos/dinheiro ou similares ou qualquer objeto identificável pelo detector de metais;
   h) não assinar o cartão-resposta;
   i) obtiver deferimento para amamentação e cuja pessoa acompanhante descumprir as regras do processo;
   j) praticar atos contra as normas, disciplina ou que gerem desconforto durante a aplicação da prova;
   k) realizar anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido;
   l) se recusar a aguardar a saída simultânea, em razão de ser uma das três últimas pessoas candidatas da turma presentes na sala de prova;
   m) se recusar a entregar o material da prova (caderno de prova e cartão-resposta) ao término do tempo destinado para a sua realização;
   n) se recusar a passar pela inspeção de segurança e detecção de metais a qualquer momento;
   o) se retirar do local de prova antes de decorrida 01h30min do seu início;
   p) utilizar meios fraudulentos ou ilegais (eletrônicos, estatísticos, visuais, grafológicos ou outros procedimentos ilícitos) para obter para si ou para terceiros a aprovação no processo.
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique à equipe de aplicação de prova. Aguarde autorização para entregar o material de prova.
10. Após a entrega do material de prova, dirija-se imediatamente ao portão de saída e retire-se do local de prova, sob pena de ter a candidatura excluída do Processo Seletivo.
11. Se desejar, anote as respostas no quadro disponível no verso desta folha, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

✂.....

RESPOSTAS								
01 -	09 -	17 -	25 -	33 -	41 -	49 -	57 -	65 -
02 -	10 -	18 -	26 -	34 -	42 -	50 -	58 -	66 -
03 -	11 -	19 -	27 -	35 -	43 -	51 -	59 -	67 -
04 -	12 -	20 -	28 -	36 -	44 -	52 -	60 -	68 -
05 -	13 -	21 -	29 -	37 -	45 -	53 -	61 -	69 -
06 -	14 -	22 -	30 -	38 -	46 -	54 -	62 -	70 -
07 -	15 -	23 -	31 -	39 -	47 -	55 -	63 -	71 -
08 -	16 -	24 -	32 -	40 -	48 -	56 -	64 -	72 -

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto a seguir é referência para as questões 01 e 02.

Em 10 de dezembro de 1987, Londrina foi palco de um evento que entraria para a história policial brasileira: o assalto com o maior número de reféns já registrados no país. Sete homens armados invadiram a agência do Banestado, exigindo uma montanha de 30 milhões de cruzados e, no processo, mantiveram mais de 300 pessoas reféns.

Essa é a história que o diretor José Eduardo Belmonte decidiu contar em Assalto à Brasileira, filme que adapta um dos capítulos policiais mais bizarros do país. O longa não perde tempo com introduções prolixas; rapidamente somos jogados no olho do furacão, acompanhando Paulo (Murilo Benício), um jornalista recém-demitido que vai à agência buscar sua rescisão, e Moreno (Christian Malheiros), o líder do assalto. Os motivos dos criminosos são contextualizados pela crise econômica da época, mas o filme prefere a ação imediata a longas explicações.

Benício é o grande destaque do longa. Ele entrega uma atuação fantástica, um equilíbrio entre a tensão, a comédia e a malandragem do personagem em cada cena, seja no desespero inicial ou nas negociações com a polícia. Contudo, o foco não recai apenas sobre o ator. Quase todo o elenco entrega performances memoráveis. Muitos dos reféns roubam a cena com reações cômicas diante do absurdo, e a química entre os assaltantes é um acerto cirúrgico; suas interações fazem o público se divertir, como se tivessem reunido "Os Trapalhões" para executar um grande assalto. […]

Outro ponto técnico que merece destaque é a direção de arte e a fotografia. Trabalhando com um espaço limitado – o banco assaltado em questão –, a equipe constrói uma ambientação incrivelmente fiel à década de 80, desde a redação da Folha de Londrina até a multidão histérica do lado de fora. […]

Disponível em: https://www.omelete.com.br/.

01 - De acordo com o texto, é correto afirmar:

a) O tom cômico nas atuações compromete o desenvolvimento da narrativa dramática.
b) O espaço reduzido da agência bancária prejudicou a fotografia e a direção de arte.
c) A atuação de Christian Malheiros recebe destaque entre as performances do elenco.
d) A crise econômica da época é o tema central explorado no filme.
►e) A narrativa se inicia de modo ágil, sem prolongamentos na apresentação.

02 - Quanto ao gênero textual, esse texto é:

a) um artigo de opinião que defende a importância do cinema nacional.
b) uma reportagem sobre o assalto com o maior número de reféns do Brasil.
►c) uma crítica de cinema que avalia aspectos técnicos e narrativos do filme.
d) uma sinopse de um documentário que narra o maior crime policial de Londrina.
e) um relato histórico que descreve a trajetória dos criminosos após o assalto.

03 - De acordo com o artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), é uma conduta do professor que caracteriza infração administrativa:

a) Proibir a presença do aluno em eventos festivos devido à falta de uniforme escolar.
b) Dispensar o estudante das aulas de educação física por não portar atestado médico.
c) Transferir o estudante de turma para ajustar a oferta de vagas na unidade escolar.
►d) Deixar de comunicar à autoridade competente maus-tratos de criança ou adolescente.
e) Omitir à equipe diretiva as faltas injustificadas registradas durante a aula.

04 - De acordo com o artigo 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), a conduta de submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento é punida com a pena de:

a) multa.
►b) detenção.
c) advertência.
d) suspensão.
e) reclusão.

05 - De acordo com as diretrizes de Gestão Democrática estabelecidas na Deliberação n. 02/2015-CEE/PR, a consolidação desse princípio no ambiente escolar pressupõe a:

a) centralização de decisões pedagógicas exclusivamente nos órgãos do governo.
►b) transparência de processos e atos que oportunize a relação com a comunidade.
c) eliminação da mediação feita por colegiados como os conselhos das escolas.
d) dispensa da formação docente continuada sobre os temas de direitos humanos.
e) unificação compulsória de Projetos Político-Pedagógicos em nível nacional.

06 - Com base no Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná, assinale a alternativa que apresenta os seis eixos essenciais que norteiam o planejamento e as ações do Peedh-PR.

►a) Educação Básica; Ensino Superior; Educação dos Profissionais do Sistema de Justiça, Segurança e da Socioeducação; Educação Não Formal; Tecnologia e Dignidade Humana; Educação e Família.
b) Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação do Campo; Educação Quilombola; Educação Escolar Indígena; Educação Profissional.
c) Ensino Superior; Segurança Pública e Cidadania; Educação de Jovens e Adultos; Direitos Humanos na Escola; Novas Tecnologias; Educação e Mídia.
d) Educação Infantil; Ensino Fundamental e Médio; Educação Étnico-Racial; Educação Inclusiva; Inovação Tecnológica; Direitos das Minorias.
e) Educação de Base; Ensino Técnico e Tecnológico; Educação dos Profissionais do Sistema de Justiça; Educação Popular; Inclusão Digital; Direito das Famílias.

A situação hipotética a seguir é referência para as questões 07 e 08.

Ao preparar seu plano de aula sobre um determinado tópico, uma professora selecionou materiais em diferentes suportes: vídeo, imagem, HQ e textos escritos (literário e não literário). Uma semana antes dessa aula, a professora disponibilizou todo o material aos alunos e às alunas, encaminhando-o pelos endereços de e-mail que cada estudante tem cadastrado na escola, bem como inserindo-o na plataforma digital de uso cotidiano na instituição. Também foram indicados para leitura materiais complementares, que alunos e alunas deveriam acessar em diferentes sites. A professora orientou que todos esses materiais deveriam ser lidos. Os materiais não indicavam explicitamente o tópico que seria objeto da aula, mas, de uma maneira ou outra, ele estava tematizado em todos. No dia previsto para a aula sobre o tópico, a professora dividiu a turma em grupos, solicitando que cada grupo sintetizasse o tema central de cada material. Em seguida, cada grupo expôs sua síntese aos demais. Após o compartilhamento das leituras dos grupos, a professora distribuiu a cada estudante um questionário com perguntas que iam gradativamente fechando o foco no tópico que ela havia previamente selecionado como tema daquela aula.

07 - A forma de encaminhamento didático utilizado pela professora nessa atividade constitui uma metodologia ativa conhecida como:

a) aprendizagem baseada em problema.
b) aprendizagem baseada em projeto.
c) *design thinking*.
►d) sala de aula invertida.
e) *storytelling*.

08 - As etapas descritas na proposta que foi desenvolvida permitem à professora explorar as habilidades de LEMBRAR:

a) ANALISAR e AVALIAR.
b) ENTENDER e APLICAR.
c) AVALIAR e CRIAR.
d) ANALISAR e APLICAR.
►e) ENTENDER e ANALISAR.

PEDAGOGIA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

09 - A Constituição Federal, em seu art. 208, define um conjunto de garantias relacionadas à oferta educacional que são de responsabilidade do Estado. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas garantias.

a) Oferta de educação em tempo integral para todos os estudantes de 4 a 17 anos de idade.
b) Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística para todos os estudantes que demandarem matrícula.
►c) Oferta de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurando, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
d) Oferta de ensino noturno regular, organizado de forma compatível com as condições da instituição de ensino e com sua estrutura de funcionamento.
e) Ampliação da oferta de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio obrigatório e gratuito independentemente da idade do estudante.

10 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996, em seu art. 24, define regras comuns para o funcionamento do ensino fundamental e do ensino médio. Assinale a alternativa que apresenta regras corretas sobre a carga horária e a quantidade de dias letivos do calendário escolar, de acordo com a legislação.

a) A carga horária mínima anual será de 800 horas para o ensino fundamental e de 1000 horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 190 dias de efetivo trabalho escolar, incluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
►b) A carga horária mínima anual será de 800 horas para o ensino fundamental e de 1000 horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
c) A carga horária mínima anual será de 800 horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
d) A carga horária mínima anual será de 800 horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 190 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
e) A carga horária mínima anual será de 800 horas para o ensino fundamental e de 1000 horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 dias de efetivo trabalho escolar, incluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

11 - Sobre as normas para avaliação da aprendizagem, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996, estabelece que:

a) a avaliação do desempenho do aluno deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos e dos resultados de eventuais provas finais sobre os resultados de atividades realizadas ao longo do período.
b) a avaliação deve ser realizada por meio de provas objetivas e testes de desempenho, garantindo estudos de recuperação quando as notas dos alunos ficarem abaixo da média para aprovação.
c) a obrigatoriedade de estudos de recuperação e exame final se refere a alunos que não atingirem a nota média para aprovação definida pelas instituições de ensino em seus regimentos.
►d) estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, são obrigatórios para os casos de baixo rendimento escolar e devem ser disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.
e) estudos de recuperação paralelos ao período letivo ou em caráter de exame final são facultativos e sua oferta será disciplinada pelas instituições de ensino em seus regimentos.

12 - Sobre o bom funcionamento do Conselho de Classe, é correto afirmar:

►a) As reuniões de Conselho de Classe, como instrumento democrático, devem possibilitar uma reflexão coletiva sobre o trabalho pedagógico, o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes, para acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem, buscando soluções e alternativas para as dificuldades enfrentadas.
b) O Conselho de Classe deve se reunir para cumprir a exigência burocrática de registro sobre dificuldades de aprendizagem dos estudantes, como requisito para casos de reprovação, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.
c) As reuniões do Conselho de Classe são exclusivas para professores que atuam com as turmas sobre as quais a discussão será realizada, e as atas devem ser guardadas como documentos sigilosos.
d) O Conselho de Classe é o órgão máximo de gestão escolar, deve ser presidido pelo diretor da escola e possui atribuições ligadas a deliberações sobre a democratização da escola, o uso de recursos financeiros, aprovação do Projeto Político-Pedagógico e regimento interno da instituição.
e) A principal função do Conselho de Classe é a tomada de decisão sobre a aprovação ou reprovação dos estudantes, deliberação que deve ser tomada pela equipe pedagógica da escola.

13 - Sobre as técnicas de Lemov voltadas ao planejamento da prática pedagógica, é correto afirmar:

►a) Os objetivos da aula devem ser determinados antes da definição das atividades, e os conteúdos que serão abordados durante a aula devem ser explicitados para a turma.
b) O planejamento pedagógico deve ser seguido sem alterações pelos professores, para evitar imprevistos e manter a coerência das atividades realizadas em sala.
c) As boas técnicas de ensino são universais e podem ser aplicadas a diferentes turmas sem a necessidade de adaptações às características dos alunos.
d) As boas práticas em sala de aula prescindem de planejamento de ensino porque bons professores apresentam condições inatas para atuar em sala de aula.
e) As atividades diárias devem encabeçar o planejamento, a partir das quais serão estabelecidos os objetivos da aula, com ênfase nas ações a serem desenvolvidas pelo professor.

14 - Observe o gráfico ao lado, publicado no Relatório do 5.º Ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (2014-2025).

A partir da relação entre nível de renda e tempo de escolaridade apresentada, é correto afirmar:

a) A estagnação dos 25% mais ricos entre 2019 e 2022 demonstra que essa parcela da população atingiu o pico de anos de estudo, ou seja, que esses estudantes já haviam concluído o ensino universitário no período considerado.
b) A comparação entre as linhas de média de escolaridade entre jovens de 18 a 29 anos indica uma tendência de ampliação das desigualdades entre os jovens mais ricos e mais pobres.
c) Os dados apresentados demonstram que as escolas fazem cobranças de contribuição financeira das famílias, por isso apenas as mais ricas podem permanecer por mais tempo no sistema de ensino.
d) Os dados apresentados no gráfico não permitem afirmar que exista relação relevante entre renda e escolaridade média de jovens entre 18 e 29 anos de idade, uma vez que, após 2021, os números foram supostos pelos pesquisadores.

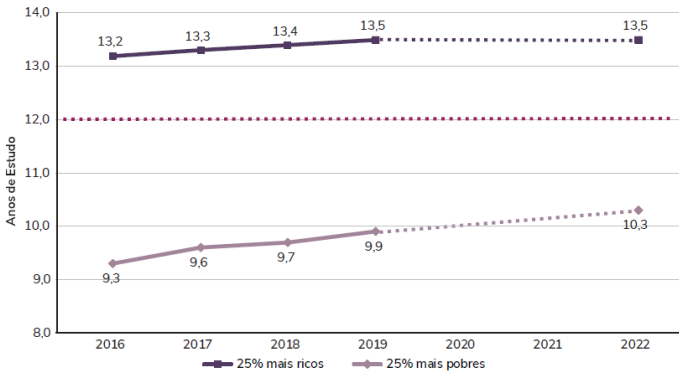


GRÁFICO 4

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DOS 25% MAIS POBRES E OS 25% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE, POR RENDA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* – BRASIL – 2016-2019/2022

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

Nota: Os resultados de 2020 e 2021 foram suprimidos por recomendação do IBGE, em virtude de dificuldades na coleta de dados da Pnad-c durante a pandemia de covid-19 (IBGE, 2020). Não há dados de renda domiciliar per capita para anos anteriores a 2016.

Fonte: Brasil / Inep, 2024, p. 200.

►e) Os estudantes de camadas mais pobres da população enfrentam mais dificuldades para permanecer na escola e concluem menor quantidade de séries/anos.

15 - Considere a tabela a seguir, sobre a média das proficiências em leitura na Prova Brasil, por ano de realização da prova e com grupos definidos por sexo, cor e nível socioeconômico (NSE). A partir dos dados nela apresentados, é correto afirmar, sobre as desigualdades de desempenho em Língua Portuguesa no SAEB (Prova Brasil) entre grupos de estudantes:

Ano escolar	Edição da Prova Brasil	A	B	C	D	E	F	G	H	Diferença (E - D)
5º ano	2005	174,20	163,24	165,29	156,91	202,11	168,54	190,47	162,93	45,20
	2007	168,37	161,94	159,47	155,04	200,36	174,00	188,20	165,42	45,32
	2009	170,40	165,47	160,81	158,46	211,33	186,26	199,42	176,86	52,87
	2011	176,92	171,17	163,67	160,63	218,94	195,23	204,79	181,45	58,31
	2013	175,21	169,72	161,28	159,51	226,53	201,07	212,53	188,01	67,02
9º ano	2005	223,14	217,69	215,30	210,91	251,98	232,77	236,59	220,41	41,07
	2007	223,51	218,03	212,80	208,39	257,67	239,53	239,46	220,47	49,29
	2009	229,37	224,99	216,67	213,81	266,95	248,48	248,23	228,32	53,14
	2011	229,21	225,71	214,25	213,04	268,38	251,12	249,65	229,21	55,33
	2013	229,55	226,63	215,90	214,42	267,07	247,99	247,49	226,74	52,65

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2005 a 2013.
Grupos:
A = Meninas brancas com NSE mais baixo
B = Meninas pretas com NSE mais baixo
C = Meninos brancos com NSE mais baixo
D = Meninos pretos com NSE mais baixo
E = Meninas brancas com NSE mais alto
F = Meninas pretas com NSE mais alto
G = Meninos brancos com NSE mais alto
H = Meninos pretos com NSE mais alto

Alves; Soares; Xavier. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 4, n. 7, jan.-jun. 2016.

a) A ampliação da média de proficiência geral observada entre 2005 e 2013 se refletiu na redução progressiva da diferença de desempenho entre o grupo de maior e o de menor rendimento.
b) O fator cor/raça se sobrepõe ao fator sexo nas disparidades de desempenho no mesmo NSE, estabelecendo uma vantagem nas médias de leitura para os meninos brancos em relação às meninas pretas de igual NSE.
►c) As desigualdades de desempenho em avaliações de larga escala são atravessadas por múltiplos marcadores sociais, como gênero, pertencimento étnico-racial, nível socioeconômico.
d) A vulnerabilidade socioeconômica neutraliza o impacto das demais variáveis de desigualdade, pois os quatro grupos de NSE mais baixo apresentam médias de proficiência equivalentes entre si em ambas as etapas escolarizadas.
e) A disparidade de desempenho associada ao NSE e ao pertencimento étnico-racial é mais severa no 5.º ano do ensino fundamental, atenuando-se significativamente na transição para o 9.º ano em razão da seletividade do fluxo escolar.

16 - Um pedagogo atua em uma escola de ensino médio com sistema de notas bimestrais variando de 0 a 100 e média exigida para aprovação de 60. Uma das turmas da escola apresenta uma reclamação contra um professor que realiza uma única prova bimestral, apenas com questões objetivas, cuja nota corresponde à nota do bimestre. Diante dessa situação, o pedagogo deve orientar:

a) a turma, explicando que a decisão sobre os instrumentos de avaliação, a linguagem utilizada e a quantidade de provas aplicadas ao longo do bimestre é parte da autonomia docente, devendo a turma aceitar os procedimentos adotados pelo professor.
b) a turma, esclarecendo que o questionamento apresentado diz respeito aos instrumentos e à frequência das provas, elementos para os quais não há previsão legal, devendo a turma, portanto, aceitar o modelo de avaliação proposto pelo professor.
c) a turma e o professor, uma vez que a escola possui autonomia de gestão não só financeira e administrativa, mas também pedagógica, podendo, portanto, estabelecer as próprias regras, que podem ou não seguir as legislações estaduais e nacionais.
d) o professor, para que ele siga estritamente o plano de ensino apresentado no início do ano letivo, sem realizar adaptações ou alterações, já que as normativas exigem que o plano seja seguido sem flexibilizações que favoreçam turmas ou alunos em específico.
►e) o professor, a respeito das diferentes possibilidades de avaliação, buscando uma pluralidade de instrumentos, linguagens e oportunidades para os estudantes, e estabelecer estratégias de mediação entre a turma e o professor para melhorar a comunicação e o diálogo.

17 - A avaliação da aprendizagem com caráter diagnóstico e formativo tem o objetivo de:

a) atribuir notas aos alunos, com foco nos resultados apresentados em provas e testes estabelecidos a partir dos objetivos de cada oportunidade de avaliação.
b) preparar os alunos para processos seletivos, com base no ranqueamento do desempenho em provas e testes feitos para melhorar os resultados obtidos individualmente.
c) mensurar a aptidão dos alunos para a série/ano escolar seguinte, como forma de garantir os pré-requisitos para uma continuidade dos estudos com qualidade.
►d) acompanhar a aprendizagem dos alunos, de forma a auxiliar na identificação de dificuldades e potencialidades e no redirecionamento do trabalho docente.
e) orientar os alunos no desenvolvimento de estratégias de estudo, estabelecendo critérios objetivos de mensuração de resultados em provas e testes de desempenho.

18 - Observe a tirinha a seguir:



Quino, J. L. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins fontes, 2003.

Em uma situação como a apresentada na tirinha, a avaliação do tipo formativo:

a) ofereceria um panorama circunscrito para a resolução do problema, uma vez que ele decorre da insuficiência dos esforços de Manolito para sanar suas dificuldades.
b) teria ação restrita diante de problemas como o enfrentado por Manolito, visto ser normal que alguns estudantes permaneçam sem aprender certos conteúdos no correr do ano letivo.
►c) produziria um diagnóstico do aprendizado dos estudantes, possibilitando à professora a reorientação de seu trabalho para retomar os pontos mais difíceis para Manolito.
d) evitaria o tipo de situação vivida por Manolito, possibilitando à professora o reconhecimento das dificuldades do aluno por meio de testes de desempenho.
e) se limitaria a diagnosticar o caso específico de Manolito, demonstrando que o enfrentamento do problema demanda um diagnóstico mais preciso do desempenho da turma como um todo.

19 - As avaliações externas em larga escala têm por objetivo:

►a) induzir políticas, controlar resultados e produzir diagnósticos de políticas educacionais e escolas.
b) validar resultados de avaliações de aprendizagem e melhorar a qualidade da educação ofertada.
c) avaliar aprendizagem de estudantes em testes padronizados de Matemática e Língua Portuguesa.
d) diagnosticar dificuldades individuais para a emissão de pareceres pedagógicos personalizados.
e) substituir avaliações de aprendizagem e, assim, desonerar o trabalho docente.

20 - Sobre a democracia como princípio da educação, é correto afirmar:

►a) A construção de espaços, relações e práticas democráticas nas esferas de gestão pedagógica, no currículo e nas relações entre os sujeitos são desafios para a organização do trabalho pedagógico.
b) As escolas públicas possuem autonomia para definir se incorporam ou não o princípio de democracia em seu regimento, Projeto Político-Pedagógico e espaços de gestão.
c) Tanto escolas públicas quanto escolas privadas estão obrigadas, pelo texto constitucional, a incorporar o princípio da gestão democrática em suas práticas.
d) A democracia é um princípio universal já consolidado no contexto educacional e, portanto, dispensa discussões, ações e formação entre os sujeitos da comunidade escolar.
e) Docentes, pedagogos e outros funcionários da escola podem ser dispensados de se envolver na construção de práticas democráticas na escola, pois esta é uma atribuição dos representantes eleitos dos segmentos.

21 - Os instrumentos de avaliação precisam ser empregados ou desenvolvidos para acompanhar a aprendizagem dos estudantes, uma vez que a prática de uma forma de avaliação concebida para privilegiar a aprendizagem deve ser sua principal característica. Adotando essa perspectiva, é correto afirmar que os instrumentos de avaliação que privilegiam o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes devem ser:

a) padronizados para as turmas da escola, de forma a permitir a obtenção de resultados comparativos entre séries/anos escolares, turmas e estudantes, para que docentes e equipe pedagógica possam construir planos de trabalho unificados.
b) baseados na observação de agentes externos à sala de aula, de forma a oferecer outros olhares para o professor sobre os processos de aprendizagem dos estudantes.
c) produzidos com o objetivo de quantificar a aprendizagem dos estudantes, de forma que os professores possam usar essas informações para comparar e classificar os alunos, definir encaminhamentos e estratégias para atividades de recuperação de notas e orientar as decisões sobre aprovação ou reprovação.
►d) elaborados pelos professores considerando os objetivos do trabalho docente e o grau de desenvolvimento dos estudantes, de forma a oferecer subsídios para rever o planejamento de ensino.
e) planejados de forma a manter o mesmo tipo de linguagem e estratégia para que os estudantes possam se acostumar com o modelo de avaliação adotado pela escola.

22 - É correto afirmar que as devolutivas do professor (os *feedbacks*) a respeito das avaliações realizadas pelos estudantes têm como objetivo:

a) verificar os erros cometidos pelos estudantes.
►b) interagir com os estudantes para sanar dúvidas.
c) cobrar a realização de tarefas atrasadas.
d) definir resultados escolares de aprovação ou reprovação.
e) comparar os desempenhos entre os estudantes da turma.

23 - Do ponto de vista de seus objetivos e de sua atuação, é correto afirmar que a Rede de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente:

►a) desenvolve ações integradas e intersetoriais para prevenir e intervir frente às diversas situações de violação de direitos, como abandono e evasão escolar.
b) desenvolve ações voltadas para a inclusão de adolescentes de baixa renda no mercado de trabalho, com o objetivo de prevenir e intervir em situações de exploração.
c) desenvolve ações para o combate do abuso de ferramentas digitais, com o objetivo de banir as diversas situações de exposição de crianças e adolescentes a sites de risco.
d) tem como objetivo proteger crianças, adolescentes e jovens até 24 anos de idade que estejam matriculados em escolas públicas e passem por situações de negligência, violência ou violação de direitos.
e) é uma instância que atua no interior de cada escola pública de educação básica com a participação da equipe pedagógica e de gestão escolar.

24 - "Hoje, mais de 33 milhões de estudantes estão matriculados nos ensinos fundamental e médio, em escolas públicas e privadas do país. […] Dados recentes do Censo Escolar indicam que cerca de 3,8 milhões de estudantes acumulam dois ou mais anos de atraso em relação à idade esperada para o ano ou série que frequentam. […] Esse atraso, chamado tecnicamente de distorção idade-série, ocorre quando a trajetória escolar se afasta do percurso esperado. […] cerca de 500 mil jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola sem ter concluído a educação básica."

Zanon, Daiane. Por que o atraso escolar ainda atinge milhões de estudantes no Brasil. *Nexo Jornal*, 28 abr. 2026.

Sabendo que, segundo apontam dados do Inep (2025), 10% dos estudantes do ensino fundamental e 16% dos estudantes de ensino médio estão nessa situação, com variação entre regiões, unidades da federação e redes de ensino, é correto afirmar que a distorção idade-série é uma situação provocada:

a) pelo desinteresse dos estudantes por seu processo de escolarização, visto que não reconhecem a escola como prioridade em suas vidas, o que gera reprovações e abandono.
b) por trajetórias escolares regulares com progressão continuada dos estudantes entre as séries e etapas de ensino da educação básica obrigatória.
c) pelas condições de vida da comunidade atendida, sendo então determinada por fatores extraescolares, como a entrada precoce no mercado de trabalho, a gravidez na adolescência e a violência urbana.
►d) por experiências de fracasso escolar, como reprovação, abandono e entrada tardia no sistema de ensino, as quais criam barreiras para o avanço nas séries e nas etapas da educação básica.
e) pela permanência de estudantes jovens com 15 anos ou mais no sistema de ensino, sem avanços entre as séries e etapas da educação básica.

25 - As incumbências dos estabelecimentos de ensino em relação à comunicação com os responsáveis legais dos alunos envolvem, de acordo com a Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional):

a) organizar os trechos de transporte escolar, definindo os itinerários para que os estudantes possam fazer com segurança o trajeto entre a moradia e a escola.
►b) apresentar a proposta pedagógica para pais, mães e/ou responsáveis legais pelos estudantes e mantê-los informados sobre a frequência, o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes.
c) solicitar que as famílias busquem ajuda de professores particulares para estudantes com dificuldades de aprendizagem e com notas abaixo da média para aprovação.
d) comunicar diretamente ao Conselho Tutelar os casos de baixa frequência de estudantes, o qual assumirá a responsabilidade por comunicar pais, mães e/ou responsáveis legais.
e) dispensar escolas da necessidade de informar pais, mães e responsáveis legais sobre o rendimento dos alunos em casos de adoção de progressão regular automática entre séries, sem registro de rendimento por meio de notas.

26 - Sobre a hora-atividade, a Lei n.º 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional) dispõe que, na composição da jornada de trabalho:

a) o limite máximo de 1/3 da carga horária é destinado para o desempenho das atividades de interação com os educandos, e pelo menos 2/3 da carga horária de trabalho docente deve ser destinada à hora atividade.
b) o limite máximo de 50% da carga horária é destinado para o desempenho das atividades de interação com os educandos, e pelo menos 50% da carga horária de trabalho docente deve ser destinada à hora atividade.
c) o limite máximo de 3/5 da carga horária é destinado para o desempenho das atividades de interação com os educandos e pelo menos 2/5 da carga horária de trabalho docente deve ser destinada à hora atividade.
►d) o limite máximo de 2/3 da carga horária é destinado para o desempenho das atividades de interação com os educandos e pelo menos 1/3 da carga horária de trabalho docente deve ser destinada à hora atividade.
e) o limite máximo de carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos é determinado pelos sistemas e redes de ensino para garantir a existência de carga horária suficiente para a hora-atividade.

27 - A LDB (Lei n. 9.9394/1996) estabelece as ações que devem ser tomadas pelo pedagogo em situações nas quais estudantes apresentem um alto índice de ausência nas aulas. De acordo com a legislação, além de acompanhar a quantidade de faltas dos estudantes e de entrar em contato com os estudantes e com pais, mães e responsáveis para averiguar as justificativas das ausências e comunicar sobre as faltas, o pedagogo deve notificar o Conselho Tutelar sobre os casos em que:

a) as ausências injustificadas ultrapassarem as ausências justificadas.
b) as ausências ultrapassarem 25% do total de dias letivos do ano.
c) as ausências ultrapassarem 25% do percentual de faltas permitido pela Lei.
d) as ausências ultrapassarem 30% do total de dias letivos do ano.
►e) as ausências ultrapassarem 30% do percentual de faltas permitido pela Lei.

28 - Considerando as Instruções Normativas da SEED que regulamentam as horas-atividade, é correto afirmar, sobre o local de sua realização e seu registro no Livro Registro de Classe Online (LRCO), que o docente deve cumpri-las:

a) na instituição em que atua como docente ou em outros locais, desde que as atividades sejam realizadas e registradas no LRCO.
►b) na instituição em que atua como docente, com a mediação do pedagogo da escola, e registrar o planejamento e o acompanhamento pedagógico no LRCO.
c) com a mediação do pedagogo da escola, remota ou presencialmente, e registrar o planejamento e o acompanhamento pedagógico em meio conforme ao padrão da escola.
d) na instituição em que atua como docente, de maneira autônoma, e registrar o planejamento e o acompanhamento pedagógico em meio conforme ao padrão da escola.
e) na instituição em que atua como docente ou nas dependências do Núcleo Regional de Educação, e registrar as atividades realizadas no LRCO.

29 - Sobre os componentes curriculares estabelecidos como base nacional comum pelo artigo 26 da LDB (Lei n.º 9.394/1996), é correto afirmar que os currículos dos ensinos fundamental e médio devem:

a) facultar o estudo da arte (incluindo as artes visuais, dança, música e teatro), da educação física e da língua inglesa aos estudantes.
►b) abranger obrigatoriamente o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.
c) prever carga horária maior para os componentes curriculares de língua portuguesa e matemática, considerados de maior relevância para a formação dos estudantes.
d) oferecer a educação física como disciplina obrigatória para todos os estudantes de escolas públicas e privadas.
e) incluir a produção audiovisual nacional como componente obrigatório integrado à proposta pedagógica da escola.

30 - De acordo com o artigo 26-A da LDB (Lei n.º 9.394/1996), o estudo da história e das culturas afro-brasileira e indígena deve incluir aspectos que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos. Além disso, o artigo define que se trata de um conteúdo:

a) facultativo para as escolas privadas.
b) facultativo para as escolas públicas.
►c) programático obrigatório.
d) específico e exclusivo da disciplina de história.
e) transversal e presente em todas as disciplinas.

31 - O parágrafo 9.º do artigo 26 da LDB (Lei n.º 9.394/1996) define que conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão:

a) desaconselhados, por se tratar de temas polêmicos.
b) incluídos como conteúdos facultativos para os estudantes.
c) incluídos como conteúdos obrigatórios de disciplina específica.
d) incluídos como temas facultativos em escolas privadas.
►e) incluídos como temas transversais.

32 - Presente nas soluções que os profissionais da educação encontram diante dos desafios enfrentados, o conhecimento tácito é, em relação à prática docente:

a) suficiente para orientá-la, uma vez que o conhecimento produzido a partir da própria ação já incorpora a problematização que sustenta a tomada de decisão sobre as demandas que se apresentam no cotidiano escolar para professores, equipe pedagógica e administrativa.
b) ponto de partida e de chegada para que seja construída coletivamente, a partir das reflexões entre professores, equipe pedagógica e administrativa sobre as demandas que se apresentam no cotidiano escolar, em sala de aula e outros espaços.
c) requisito fundamental para a valorização do trabalho docente, o que implica reconhecimento da atuação dos profissionais da educação por meio de bonificação de resultados, políticas de recompensas e responsabilização baseadas em desempenho individual e coletivo.
►d) ferramenta importante para seu aperfeiçoamento, devendo, contudo, ser submetido a análise, problematização e reflexão crítica individual e coletiva, em conjunto com professores, equipe pedagógica e administrativa, a fim de transformar práticas cotidianas em pesquisa, e o professor em pesquisador da própria prática.
e) produzido na própria prática, o que qualifica automaticamente os professores, a equipe pedagógica e administrativa da escola como pesquisadores da própria prática, dispensando exigências relacionadas a reflexão, análise e problematização.

33 - No âmbito da epistemologia da prática docente, a teoria e a prática:

a) prescindem uma da outra, pois os saberes construídos a partir das ações cotidianas fortalecem a prática.
►b) são indissociáveis no plano da subjetividade docente, pois o conhecimento e a ação estão sempre em diálogo.
c) são formuladas exclusivamente nas experiências concretas dos sujeitos.
d) prescindem uma da outra, pois as teorias que sustentam os processos formativos são irrelevantes na busca por respostas aos desafios da prática.
e) são ressignificadas frente aos desafios enfrentados nas escolas, que demonstram a prevalência da prática sobre a teoria.

34 - Sobre a relação entre as dimensões individual e coletiva/institucional do trabalho docente, é correto afirmar:

►a) Ainda que o trabalho docente tenha uma dimensão individual, potencializada pela tomada de decisão e pela ação individual, a educação possui uma natureza coletiva, posto que seus objetivos não se realizam individualmente, mas dependem de interação e esforço coletivo.
b) As características individuais dos docentes se sobressaem à dimensão coletiva e institucional, uma vez que as interpretações sobre as orientações gerais e as decisões sobre os encaminhamentos pedagógicos são tomadas individualmente pelo professor.
c) Reconhecer a dimensão coletiva e institucional do trabalho escolar implica compreender que não há espaço para tomadas de decisão individuais, uma vez que todas as ações são observadas e controladas pelas equipes pedagógica e administrativa da escola, com o objetivo de manter a unidade de ação.
d) O trabalho docente possui uma dimensão essencialmente individual, pois o funcionamento da escola depende diretamente da atuação de cada um dos profissionais da educação, garantindo que, se cada um fizer a sua parte, os objetivos coletivos serão alcançados.
e) A dimensão coletiva e institucional do trabalho docente é definida pelo Projeto Político-Pedagógico da escola, que descreve as obrigações, responsabilidades, deveres e direitos de cada segmento da comunidade escolar, estabelecendo restrições para ações e decisões individuais.

35 - Com base no Marco Referencial de Equidade na Educação, é correto afirmar que a equidade, em se tratando de sua relação com os direitos humanos:

a) circunscreve-se ao contexto da educação prisional e do sistema socioeducativo, que devem garantir o direito à educação para jovens e adultos condenados e privados de liberdade.
►b) atua como um princípio que viabiliza a efetivação da educação enquanto direito humano fundamental, ao reconhecer e responder a diferenças entre os sujeitos.
c) deve ser instituída como disciplina obrigatória nas matrizes curriculares da educação básica para assegurar a formação em direitos humanos.
d) consiste em uma estratégia de focalização assistencialista direcionada ao atendimento de grupos minoritários e social e financeiramente excluídos.
e) substitui a noção de universalidade dos direitos humanos, ao priorizar o mérito individual sobre a garantia ampla e irrestrita de acesso à escola.

36 - A gestão escolar possui dimensões pedagógicas, administrativas e de gestão financeira que estão articuladas, de acordo com as quais as atividades administrativas e de gestão financeira devem ser compreendidas como atividades-meio, a serviço dos objetivos pedagógicos da escola. Nessa perspectiva, o principal objetivo do trabalho do pedagogo escolar é a coordenação do esforço coletivo entre os profissionais da escola e a comunidade para a realização das dimensões propriamente pedagógicas do trabalho escolar.

A coordenação do esforço coletivo implica:

a) fortalecer estratégias de gestão mercantis reconhecidamente de sucesso e formas de controle que apresentem melhoria de qualidade.
b) estabelecer novas estruturas verticalizadas de gestão e controle que contribuam para uma efetiva coordenação dos esforços coletivos e individuais.
►c) abolir controles gerenciais e estratégias mercantis de gestão, adotando formas de colaboração recíproca e estruturas mais horizontais de gestão.
d) manter estruturas de controle e supervisão sobre a atuação da equipe de docentes e funcionários da escola, incentivando práticas que demonstrem bons resultados para a qualidade educacional.
e) atrair novos profissionais da educação que estejam em sintonia com estratégias bem avaliadas e reconhecidas de gestão e controle sobre a escola.

37 - Autores como Chelsea Martins e Flávia Lourenço definem o currículo como o espaço de relações de poder e de disputas por concepções de mundo, sociedade e aprendizagem. Nessa perspectiva, o currículo oculto é definido como:

a) uma série de normas e valores relacionados ao trabalho escolar, definidos e elencados pelo regimento escolar e pelo Projeto Político-Pedagógico.
►b) um conjunto de normas e valores implícitos transmitidos aos alunos pelos professores e que não são mencionados nos documentos oficiais (planejamento, declarações de metas e objetivos prescritos), mas são ensinados nas escolas.
c) uma lista de objetivos e conteúdos escolares definida por disciplina e etapa/série de ensino e que pode ser alterada pelos docentes em seus planejamentos individuais.
d) um conjunto de tarefas e exercícios realizados pelos estudantes e que dispensam a correção pelos professores, mantendo-se, assim, fora dos ditames curriculares impostos pelas escolas.
e) a soma dos conflitos sociais não resolvidos e ignorados pela comunidade escolar, os quais, por isso, podem se repetir, reiterando situações de violência não resolvidas.

38 - "[…] a concepção de justiça, que progressivamente se impõe hoje em dia, é centrada na igualdade de oportunidades ofertada a todos para ocupar quaisquer posições, baseada no princípio meritocrático. Ela objetiva menos reduzir as desigualdades das posições sociais que lutar contra as discriminações que constituem obstáculos à realização do mérito, permitindo a cada um ter acesso a posições desiguais ao final de uma competição equitativa na qual indivíduos iguais se enfrentam para ocupar lugares sociais hierarquizados."

Dubet, François. Os limites da igualdade de oportunidade. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 171-179, dez. 2012.

Assinale a alternativa que apresenta um posicionamento coerente com as críticas à ideia de igualdade de oportunidades baseada no mérito.

a) A meritocracia é a forma mais justa de hierarquizar e selecionar os melhores estudantes para continuarem seus estudos e chegarem aos níveis mais elevados do ensino, uma vez que não há vagas para todos e que apenas uma parcela consegue ter acesso à educação superior.
b) A escola não reconhece suficientemente o esforço individual dos estudantes, que chegam aos níveis mais elevados do ensino como resultado de seu próprio trabalho, independentemente das condições de origem ou de oferta escolar às quais tiveram acesso.
c) O mérito tem perdido espaço dentro das escolas, que deixaram de valorizar os estudantes que mais se esforçam abrindo mão de reconhecê-los publicamente, o que desestimula os estudantes que mais se aplicam na realização das atividades escolares.
►d) A ideia de mérito não explicita as desigualdades de origem e de oferta escolar, além de supor que todas as escolas oferecem as mesmas oportunidades e de produzir discursos que culpam as vítimas pelo fracasso por não terem aproveitado as oportunidades oferecidas.
e) As políticas de redução das desigualdades por meio de ações afirmativas, como cotas de ingresso na educação superior, por exemplo, ignoram o mérito e o esforço individual dos sujeitos e por isso estão fadadas a levar os estudantes ao fracasso.

39 - A Constituição Federal aprovada em 1988 ficou conhecida como "A Constituição Cidadã" por ampliar direitos da população brasileira. Com relação à educação básica, há uma dupla obrigatoriedade, que estabelece deveres para as famílias e para o Estado. Assinale a alternativa que apresenta a dupla obrigatoriedade de forma correta.

a) A educação básica é obrigatória dos 6 aos 14 anos de idade, sendo dever do poder público oferecer educação básica para a população nessa faixa etária, ao mesmo tempo que as famílias e os estudantes devem aguardar a chamada escolar para fazer a matrícula.
b) A educação básica é obrigatória dos 6 aos 14 anos de idade, sendo dever do poder público oferecer educação básica para a população dessa faixa etária que demandar matrícula em escola, ao mesmo tempo que as famílias têm a obrigação de fazer a matrícula, e os estudantes, de frequentar a escola.
►c) A educação básica é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade, sendo dever do poder público oferecer educação básica em todas as etapas e modalidades para a população nessa faixa etária, ao mesmo tempo que as famílias têm a obrigação de fazer a matrícula, e os estudantes, de frequentar a escola.
d) A educação básica é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade, sendo dever do poder público oferecer educação básica em todas as etapas e modalidades para a população nessa faixa etária, ao mesmo tempo que as famílias e os estudantes devem aguardar a chamada escolar para fazer a matrícula.
e) A educação básica é obrigatória independentemente da idade dos estudantes, sendo dever do poder público oferecer educação básica em todas as etapas e modalidades para a população, ao mesmo tempo que as famílias têm a obrigação de fazer a matrícula, e os estudantes, de frequentar a escola.

40 - Considere que o pedagogo de uma instituição que oferta Educação de Jovens e Adultos é consultado por um adolescente com 14 anos de idade para realizar exames para certificação de ensino fundamental. Assinale a alternativa que apresenta os procedimentos que o profissional deve adotar frente a essa situação, considerando os aspectos legais e pedagógicos.

a) Agendar os exames de certificação para a primeira oportunidade disponível pelo Encceja, uma vez que o adolescente pretende voltar a concluir o ensino fundamental e é preciso incentivá-lo para que não desista.
►b) Encaminhar o adolescente para ser matriculado em uma escola com oferta comum, pois ele ainda não tem a idade mínima exigida para realizar o teste de certificação e está em idade de escolaridade obrigatória.
c) Conversar com a família sobre os motivos de o adolescente estar fora da escola e fazer a matrícula dele em qualquer série, independentemente do histórico escolar.
d) Explicar para o adolescente que ele poderia aguardar até completar 15 anos de idade sem se matricular para poder fazer os exames de certificação para o ensino fundamental, pois essa é a idade mínima exigida por lei.
e) Convencer o adolescente a se matricular na EJA para voltar a estudar e fazer os exames de certificação quando estiver bem preparado.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – CONHECIMENTOS DO NÚCLEO COMUM

O texto a seguir é referência para as questões 41 e 42.

O trabalho como princípio educativo

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não significa “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

O trabalho também se constitui como prática econômica, obviamente porque nós garantimos nossa existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Na sociedade moderna a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização. Mas, sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à simples a formação para o mercado de trabalho. Antes, ela incorpora valores éticos-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana.

Portanto, formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas.

Disponível em: https://www.gov.br. Adaptado.

41 - Considerando o texto apresentado, o trabalho entendido como princípio educativo deve se preocupar prioritariamente com a:

a) educação fundamentada na prática laboral e produtiva como forma de educar para o trabalho.
b) promoção de uma educação determinada pelas necessidades próprias da sociedade capitalista.
►c) compreensão da indissociabilidade entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura na produção da existência humana.
d) profissionalização voltada à rápida inserção de mão de obra no mercado de trabalho.
e) habilitação das pessoas para o exercício autônomo de uma dada profissão.

42 - Considerado como princípio educativo, o trabalho é compreendido em seu sentido ontológico e em seu sentido histórico, respectivamente:

a) como forma de produção da existência sob o capitalismo e como resgate da história.
b) como maneira de conhecer as profissões e como forma de valorizar os trabalhadores.
c) como forma de relação entre as pessoas e como forma de valorizar o passado.
d) como valorização das experiências individuais e como conhecimentos acumulados.
►e) como práxis humana e como forma específica de produção no capitalismo.

43 - A concepção de integração curricular tem o sentido de:

a) integração das atividades práticas do ambiente fabril às disciplinas teóricas da educação básica.
►b) articulação de trabalho, ciência e cultura para superar a dualidade entre formação geral e profissional.
c) intercalação entre o tempo de aprendizagem na escola e o de estágio na empresa.
d) aproximação entre as metodologias pedagógicas dos professores e as demandas do mercado.
e) substituição dos componentes curriculares tradicionais por grandes áreas do conhecimento.

44 - As instituições educacionais brasileiras passam por um processo de significativa utilização de novas Tecnologias de Informação e Comunicação, mudando de uma Sociedade Industrial para uma Sociedade da Informação – ou Sociedade em Rede –, convergindo assim para um novo paradigma educativo. Nesse sentido, do ponto de vista de suas características, é correto afirmar que, no paradigma da Sociedade em Rede, a educação deve privilegiar a cultura:

a) do ensino, por um processo pedagógico que enfatize o professor.
b) do ensino, por um processo pedagógico que enfatize a aprendizagem individual.
►c) do aprendizado, por um processo pedagógico que enfatize a aprendizagem colaborativa.
d) do acúmulo de conhecimento, por um processo pedagógico que enfatize valores e normas.
e) das TICs, por um processo pedagógico que enfatize o uso de novas tecnologias no ensino-aprendizagem.

45 - O Plano Nacional de Educação 2026–2036, estabelecido pela Lei n.º 15.388, de 14 de abril de 2026, estabelece a promoção dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana, do respeito à diversidade, da sustentabilidade socioambiental e do exercício pleno da cidadania como uma de suas diretrizes. Frente a essa legislação, assinale a alternativa que expressa adequadamente uma das estratégias desse plano no que tange à sustentabilidade socioambiental.

a) Retomar os Parâmetros Curriculares Nacionais dos anos 1990 nas escolas municipais, distritais, estaduais e federais, para discutir a sustentabilidade socioambiental como tema transversal.
b) Criar um componente curricular de sustentabilidade socioambiental no itinerário formativo de Ciências da Natureza e suas tecnologias.
c) Comemorar as datas festivas que remetem aos cuidados com o meio ambiente, como o Dia do Rio e o Dia da Árvore.
►d) Instituir um programa nacional de financiamento para adequação das instalações escolares públicas em relação às mudanças climáticas, ao transporte, à alimentação e à gestão de resíduos.
e) Promover campanhas educativas a partir de conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular que abordam as relações entre a sociedade e o meio ambiente.

46 - Leia o seguinte trecho sobre qualidade de vida no trabalho (QVT), saúde do trabalhador e promoção da saúde:

> […] apesar de atraente, o tema da QVT é ao mesmo tempo carregado de vivas polêmicas e contradições. No Brasil é comum, por exemplo, se referir às práticas e programas de bem-estar nas organizações denominando-as com as expressões Saúde do Trabalhador, QVT, Promoção da Saúde, entre outras. Esta sobreposição de nomenclatura é equivocada porque cada uma delas remete a um campo de saberes e práticas com diferentes pressupostos.
>
> Rezende, Marcello S.; Masson, Letícia P. Qualidade de vida no trabalho e promoção da saúde do trabalhador: quais relações? *Laboreal*, v. 21, n. 1, 2025. p. 1.

Considerando as especificidades de cada uma dessas práticas, a promoção da saúde é corretamente definida como um conjunto de:

a) condições mínimas de saúde necessárias na sociedade industrial e urbanizada.
b) condições de saúde física dissociadas de aspectos sociais, psíquicos e ambientais.
c) problemas cuja responsabilidade pelo enfrentamento cabe à área de Saúde Coletiva.
d) práticas de saúde nas organizações, orientadas para ações individuais e assistencialistas.
►e) políticas públicas que ofertem condições de vida dignas e possibilitem o autocuidado.

O texto a seguir é referência para as questões 47 a 49.

Toda esta mistificação da máquina e da tecnologia que parecia realmente ser os fatores primordiais que definiam o progresso humano foi rompida pelas explosões das bombas atômicas na Segunda Guerra Mundial, em Nagasáqui e Hiroshima. […] A tecnologia passou a ser encarada também como antivida e, em determinadas situações, como fora de controle. Nascia então a necessidade do surgimento de uma nova área no campo de conhecimento que pudesse interpretar e conhecer estas relações que começavam a definir novos rumos para a civilização.

Bazzo, Walter A. Ciência, tecnologia e sociedade (CTS). *In:* Bazzo, Walter A. *Ciência, tecnologia e sociedade e o contexto da educação tecnológica*. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. p. 91-135.

47 - A nova área de conhecimento a que se refere o texto é a dos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Como campo acadêmico, então, é correto dizer que o campo de CTS:

►a) discute os aspectos sociais da ciência e da tecnologia.
b) advoga pela neutralidade da ciência e da tecnologia.
c) ressalta os aspectos positivos do progresso científico-tecnológico.
d) sustenta que a tecnologia determine o direcionamento da ciência e das políticas públicas.
e) defende que mais ciência gera mais tecnologia, o que, por sua vez, aumenta a riqueza e o bem-estar social.

48 - Na perspectiva do campo acadêmico de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), a tecnologia é definida como o conhecimento:

a) que trata do uso de ferramentas, máquinas, utensílios e instrumentos.
b) que resulta da aplicação da ciência em favor do bem-estar humano.
c) central e definidor da organização da sociedade na era industrial.
►d) que trata da criação e do uso de meios técnicos e suas inter-relações com a vida, sociedade e seu entorno.
e) técnico livre de interferências de fatores culturais, sociais ou humanos.

49 - Na perspectiva do campo acadêmico de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), a ciência é definida como:

a) uma atividade abstrata de conexão entre ideias teóricas.
b) um conhecimento autônomo, neutro, objetivo e irrefutável.
►c) um tipo de conhecimento que busca leis explicativas gerais, conectando fatos e fenômenos.
d) uma forma de interpretar fenômenos sociais e naturais idêntica a outras.
e) um saber baseado na experiência – ou seja, o saber-fazer.

50 - O protagonismo juvenil é um conceito polissêmico, sujeito a interpretações que variam de acordo com os sentidos pedagógicos e políticos atribuídos à participação estudantil, modificando-se, por exemplo, de acordo com a perspectiva de gestão da escola – se democrática ou gerencial. É um sentido de protagonismo juvenil atribuído pela gestão democrática à participação estudantil seu envolvimento em:

a) projetos de preeminência juvenil definidos pela secretaria de educação.
►b) sala de aula como sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem.
c) ações solidárias, atendendo a pedidos da direção escolar.
d) eventos organizados pela direção escolar.
e) projetos organizados por professores da escola.

51 - Quanto à saúde e segurança no trabalho em ambientes hiperconectados, é correto afirmar:

a) As evidências científicas de que a exposição a longos períodos de conexão interfere na qualidade de vida dos trabalhadores são insuficientes.
b) O cérebro humano pode se adaptar gradativamente ao processamento de grandes quantidades de informação devido à sua plasticidade.
►c) A desconexão após períodos prolongados de hiperconexão é um direito do trabalhador fundamentado no que estabelece a Constituição.
d) O direito à saúde digital é voltado principalmente para os teletrabalhadores e para os trabalhadores que ocupam altos cargos em suas corporações.
e) O esgotamento e as exaustões mental e emocional devidos à exposição prolongada a dispositivos digitais e atividades online são problemas do indivíduo e do empregador.

O texto a seguir é referência para as questões 52 e 53.

O Estado pode firmar-se como um promotor da uberização. No Brasil, a Lei n. 13.467, mais conhecida como reforma trabalhista, instituiu a condição do trabalhador just-in-time no interior do trabalho formal, transformando os pilares deste com, entre outros elementos, a criação do contrato de trabalho intermitente. Nele, o trabalhador é um empregado formalizado que, entretanto, é recrutado ao trabalho de acordo com as determinações do empregador e já não conta com qualquer garantia sobre sua remuneração — que agora pode legalmente ser inferior a um salário mínimo — nem sobre a extensão e a distribuição da jornada de trabalho.

Abílio, L. C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 579-597, set. 2020.

52 - É correto afirmar que a uberização:

a) é um processo de fortalecimento de formas estáveis, reguladas e contextualizadas de trabalho.
b) é um novo tipo de empreendedorismo, que mantém os direitos trabalhistas.
c) envolve um conjunto de processos de valorização do trabalhador que compensam os riscos.
►d) é um conjunto de novas formas de gerenciamento, controle e organização do trabalho.
e) começou com o modelo de trabalho da empresa Uber e se restringe às plataformas digitais.

53 - Sobre os modos de vida promovidos pela uberização, é correto afirmar:

►a) A uberização acentua a informalização do trabalho e os modos de vida instáveis, fazendo com que o trabalhador transite entre o trabalho formal e o informal.
b) O gerenciamento algorítmico e automatizado dos trabalhadores por empresas-aplicativo, próprio da uberização, cria regras claras pré-acordadas com os trabalhadores.
c) A uberização permite um trabalho menos intenso, uma vez que reduz os mecanismos de avaliação e de controle da produtividade.
d) A neutralidade do gerenciamento algorítmico promove um modo de vida em que o trabalhador não deseja mais ter um patrão, tomando ele próprio as decisões sobre o valor de seu serviço.
e) O trabalho uberizado permite ao trabalhador que ele gerencie, com autonomia, tanto a duração e como a distribuição de sua jornada de trabalho.

54 - O desenvolvimento das relações interpessoais se articula com a percepção que o sujeito tem de si próprio e do ambiente em que está inserido. Para tanto, é importante reconhecer os pilares da autoestima, que são, além de autoconhecimento:

a) autoaceitação, autoimagem e autoalienação.
►b) autoaceitação, autoconfiança e autoimagem.
c) autoconfiança, autoimagem e autoalienação.
d) autoconfiança, autoimagem e autorregulação.
e) autoaceitação, autoconfiança e autorregulação.

O texto a seguir é referência para as questões 55 e 56.

Podemos pensar no burocrata público como um mero executor das decisões tomadas pelos políticos em nome de seus eleitores. Essa é uma visão linear e equivocada do que é um servidor público. O servidor público não é um mero administrador; ele é, essencialmente, um *agente político*, como também o é o político eleito; por isso ambos são 'oficiais públicos'. O servidor público não se limita a executar leis e políticas definidas pelos políticos; ele ajuda os políticos eleitos a formulá-las ou a reformá-las. Seu poder não é apenas o poder de um administrador sobre seus subordinados. Ele fala e age em nome do estado, ele partilha do poder de estado – do poder extroverso e soberano que só o estado tem sobre sua sociedade nacional.

Bresser-Pereira, L. C. Administração pública e de empresas: duas coisas muito diferentes. *Revista Gestão Pública-PE*, n. 2, jun. 2013. p. 35-41.

55 - A função de servidor público, estável ou temporário, envolve dimensões éticas relativas ao serviço público. Para tanto, são conhecimentos necessários ao professor ou à professora, enquanto servidores públicos:

►a) a compreensão das normas e da organização do Estado e da responsabilidade do agente público pela *res publica*.
b) métodos de gestão e de controle de lucros para autofinanciamento da escola pública.
c) conhecimento das finanças e dos mercados (dos negócios) para poder atuar em escolas terceirizadas.
d) conhecimento de estratégias de maximização da utilização da força de trabalho dos profissionais da educação.
e) métodos de administração estratégica dos recursos materiais e de disciplinamento dos estudantes para um ambiente escolar harmonioso e produtivo.

56 - O trabalho de um servidor público do magistério estadual deve priorizar:

a) o interesse da Secretaria Estadual de Educação.
b) o interesse do diretor ou da diretora.
c) o interesse do servidor ou da servidora.
d) o interesse do estudante ou da estudante.
►e) o interesse público.

AMBIENTE E SAÚDE – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

57 - A Lei n.º 10.741/2003, que institui o Estatuto da Pessoa Idosa, estabelece direitos e garantias destinados à proteção da pessoa idosa. De acordo com o Estatuto, assinale a alternativa correspondente à caracterização da pessoa idosa e/ou à prioridade de atendimento.

a) Considera-se pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a 65 anos.
b) A prioridade especial é assegurada exclusivamente às pessoas idosas com idade superior a 90 anos.
►c) Considera-se pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a 60 anos.
d) A prioridade de atendimento à pessoa idosa depende da comprovação de vulnerabilidade de seu estado de saúde.
e) A responsabilidade pela garantia dos direitos da pessoa idosa é exclusiva do Poder Público.

58 - É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde. Sobre os diretos da pessoa idosa relativos aos cuidados à saúde, é correto afirmar:

a) O direito a acompanhante para o tratamento médico é determinado pelo médico.
►b) A prevenção e a manutenção da saúde do idoso são realizadas em ambulatórios especializados geriátricos ou gerontólogos.
c) O idoso pode escolher livremente seu tratamento de saúde, mesmo quando não estiver no domínio de suas faculdades mentais.
d) O fornecimento gratuito de medicação depende da comprovação de insuficiência econômica.
e) Os órgãos públicos, caso necessário, poderão solicitar o comparecimento da pessoa idosa para fins comprobatórios de custos de tratamento.

59 - De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), a comunicação de atos de violência contra a pessoa idosa:

a) é facultativa e depende da autorização da pessoa idosa.
b) deve ocorrer somente quando houver lesão corporal comprobatória.
c) deve ser feita à autoridade policial.
►d) é obrigatória em casos de suspeitas ou confirmação de violência.
e) pode apenas ser feita por médicos e demais profissionais de saúde.

60 - A Política Nacional de Humanização foi construída com o intuito de transpor desafios referentes à qualidade e à dignidade do cuidado em saúde, modificando assim as ações implementadas no SUS. Assinale a alternativa que apresenta um dos objetivos dessa Política.

a) Direcionar a formação dos profissionais de saúde para o domínio técnico dos procedimentos assistenciais, considerando os aspectos relacionais do cuidado como complementares à prática profissional.
b) Priorizar a elaboração de ações de humanização voltadas aos gestores e profissionais de saúde.
c) Estabelecer a responsabilidade aos trabalhadores de saúde pela qualidade das ações e dos serviços prestados aos usuários.
►d) Promover atendimento resolutivo e acolhedor, considerando critérios de risco e assegurando os direitos dos usuários.
e) Concentrar as iniciativas na qualificação da estrutura e dos recursos disponíveis nos serviços de saúde.

61 - Quais são os três pilares da Política Nacional de Humanização (PNH)?

a) Universalidade, dissociabilidade e autonomia.
►b) Transversalidade, indissociabilidade e autonomia.
c) Multiprofissionalidade, indissociabilidade e independência.
d) Escuta, acolhimento e saúde.
e) Transdisciplinaridade, indivisibilidade e heteronomia.

62 - É correto afirmar que o conceito de saúde defendido pela Organização Mundial da Saúde:

a) apresenta uma concepção ampliada de saúde ao estabelecer que o estado de saúde resulta diretamente das condições socioeconômicas, ambientais e culturais nas quais os indivíduos estão inseridos.
b) expressa uma concepção positiva de saúde, ao associá-la à presença de bem-estar em diferentes dimensões da vida, embora mantenha a doença como referência central para sua definição.
►c) fundamenta-se em uma concepção integral de saúde, considerando de forma articulada as dimensões física, mental e social do ser humano, ultrapassando a compreensão de saúde como simples ausência de doença.
d) incorpora explicitamente os determinantes sociais da saúde, como renda, escolaridade, condições de moradia e trabalho, como elementos constitutivos da própria definição de saúde.
e) propõe uma concepção multidimensional de saúde ao reconhecer aspectos físicos e sociais, estabelecendo que o completo bem-estar nessas dimensões constitui uma condição necessária para que o indivíduo seja considerado saudável.

63 - Quais são as diretrizes de funcionamento do SUS estabelecidas no artigo 7º da Lei n.º 8.080/1990?

►a) Universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação da comunidade.
b) Universalidade, regionalização, heteronomia, dissociabilidade e participação da comunidade.
c) Transversalidade, equidade, integrabilidade, descentralização e envolvimento comunitário.
d) Universalidade, transversalidade, humanização, equidade e acolhimento.
e) Integralidade, humanização, acolhimento, descentralização e participação da comunidade.

64 - O artigo 2.º da Lei n.º 8.080/1990 estabelece que "a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício". Com base nesse dispositivo legal, assinale a alternativa correta.

a) A garantia da saúde pelo Estado envolve majoritariamente a realização de ações de prevenção de doenças e de redução de outros agravos à saúde, com ênfase nas ações de promoção e proteção da saúde.
b) A responsabilidade do Estado pela garantia da saúde compreende a oferta de ações e serviços de assistência à saúde, condicionada à disponibilidade dos recursos públicos e às necessidades da população.
►c) A garantia da saúde pelo Estado compreende a formulação e a execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos, bem como o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.
d) A garantia do direito à saúde constitui responsabilidade do Estado, cabendo às pessoas, às famílias, às empresas e à sociedade a participação complementar na promoção das condições necessárias à saúde.
e) A saúde é determinada pela prestação de ações e serviços de assistência à saúde, sendo as condições de alimentação, moradia, saneamento básico, trabalho, renda e educação fatores secundários para sua garantia.

65 - Assinale a alternativa que descreve corretamente as competências da Direção Estadual do Sistema Único de Saúde conforme estabelecidas no artigo 17 da Lei n.º 8.080/1990.

►a) Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde.
b) Participar do planejamento, da programação e da organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde.
c) Dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde.
d) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
e) Estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano.

66 - Assinale a alternativa que apresenta uma ação do SUS em conformidade com a Lei n.º 8.080/1990.

►a) Participar da formulação de políticas e da execução de ações de saneamento básico.
b) Participar da fiscalização de estabelecimentos privados de saúde, estabelecendo normas de funcionamento e aplicando diretamente as sanções administrativas previstas para cada irregularidade identificada.
c) Ordenar a formação de recursos humanos para atuação nos serviços públicos de saúde, definindo os conteúdos e os critérios de formação adotados pelas instituições responsáveis pelo ensino na área da saúde.
d) Fiscalizar produtos e substâncias de interesse para a saúde, realizando diretamente o controle de qualidade e a certificação dos produtos destinados ao consumo, independentemente das competências atribuídas aos órgãos responsáveis pela regulamentação e fiscalização.
e) Avaliar tecnologias utilizadas nos serviços de saúde, autorizando sua incorporação aos serviços públicos de saúde com base exclusivamente nos resultados observados na assistência à população.

67 - A biossegurança compreende ações destinadas à prevenção, ao controle e à redução de riscos que possam comprometer a saúde humana, a saúde animal e o meio ambiente. Em se tratando da aplicação de seus princípios nos serviços de saúde, é correto afirma que a biossegurança:

a) está voltada principalmente para o controle de infecções, sendo as demais medidas de prevenção de riscos responsabilidades específicas de outros setores da instituição.
►b) envolve a identificação dos riscos presentes nas atividades, a implementação de estratégias de prevenção e controle e a proteção de trabalhadores, usuários, ambiente e comunidade.
c) tem como finalidade prioritária o atendimento dos agravos relacionados à exposição ocupacional, enquanto as ações preventivas são definidas conforme a ocorrência dos acidentes.
d) se concentra na proteção dos profissionais diretamente envolvidos na assistência, cabendo aos demais setores a adoção de medidas destinadas à proteção de usuários e meio ambiente.
e) depende da existência de riscos biológicos, uma vez que os riscos físicos, químicos e relativos a acidentes são objeto de medidas de segurança independentes.

68 - O descarte inadequado de resíduos pode causar impactos ambientais e representar riscos à saúde humana. Considerando os resíduos gerados pelos serviços de saúde, assinale a alternativa que apresenta a ação adequada para reduzir os riscos associados ao seu gerenciamento.

►a) Estabelecer procedimentos de gerenciamento dos resíduos que priorizem a redução da geração e orientem sua segregação, acondicionamento, coleta, tratamento e destinação de acordo com suas características e os riscos envolvidos.
b) Concentrar o gerenciamento dos resíduos nas etapas de coleta e destinação final, uma vez que essas etapas determinam o nível de exposição dos trabalhadores, da população e do meio ambiente aos resíduos.
c) Utilizar recipientes de maior capacidade para reunir resíduos gerados em diferentes atividades do serviço, reduzindo o número de pontos de coleta e otimizando o transporte até o local de tratamento.
d) Encaminhar os resíduos para tratamento após sua coleta conjunta, classificando-os posteriormente, a partir de suas características, para definir os procedimentos de manejo e a destinação mais adequados.
e) Priorizar a separação dos resíduos no momento da coleta, permitindo que os materiais sejam agrupados durante o armazenamento de acordo com as alternativas disponíveis para tratamento e destinação.

69 - Em caso de acidente com agulha utilizada em paciente, o trabalhador em saúde deve:

a) aguardar 72 horas para ser submetido à avaliação médica.
b) continuar suas atividades até realizar a avaliação médica.
c) registrar o acidente e descartar a agulha utilizada no paciente.
d) aguardar o surgimento de sintomas para ser avaliado pelo médico da equipe.
►e) comunicar imediatamente o supervisor e adotar o protocolo de exposição a material biológico.

70 - Durante um procedimento assistencial em um serviço de saúde, um trabalhador entra em contato com material biológico e utiliza luvas para realizar a atividade. Ao término do procedimento, a equipe precisa adotar as medidas de proteção previstas para reduzir o risco de exposição a agentes biológicos. Considerando as disposições da NR-32, assinale a alternativa que apresenta a conduta adequada nessa situação.

a) Após a retirada das luvas, o trabalhador pode seguir para a próxima atividade assistencial, desde que não tenha ocorrido contato visível de material biológico com suas mãos.
b) Como as luvas foram utilizadas durante o procedimento, a higienização das mãos pode ser dispensada quando não houver sujidade aparente.
c) Caso não estejam disponíveis imediatamente no local de trabalho os recursos necessários para a higienização das mãos, o procedimento pode ser concluído e a higienização realizada posteriormente em outro setor.
d) A utilização de luvas durante o procedimento permite reduzir outras medidas de proteção, pois o equipamento constitui uma barreira suficiente para impedir a exposição do trabalhador a agentes biológicos.
►e) O serviço deve disponibilizar meios adequados para a higienização das mãos, de modo que o trabalhador possa realizar esse procedimento antes e após as atividades que envolvam risco de exposição a agentes biológicos.

71 - A saúde é influenciada por fatores condicionantes e determinantes, motivo pelo qual a educação em saúde se constitui como estratégia importante para a promoção da saúde e para o fortalecimento da autonomia dos indivíduos e da comunidade. Sobre sua execução, é correto afirmar que a educação em saúde deve:

a) ser planejada pelos profissionais de saúde, tendo como referência o conteúdo técnico relacionado às necessidades identificadas no atendimento à população.
b) concentrar suas ações na orientação individual sobre medidas de prevenção de doenças, priorizando a mudança de comportamentos relacionados aos fatores de risco.
c) ser organizada a partir das necessidades identificadas pelos serviços de saúde, sem a participação da população na definição das estratégias educativas.
►d) englobar ações de educação em saúde e integrar as ações do SUS, considerando os fatores determinantes e condicionantes da saúde.
e) ser direcionadas prioritariamente às pessoas que apresentam agravos à saúde, considerando a prevenção de complicações como principal finalidade.

72 - As políticas públicas são constituídas por etapas que identificam problemas, formulam estratégias, executam ações e verificam seus resultados. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta.

a) A avaliação das políticas públicas ocorre antes da implementação das ações.
b) A identificação do problema é realizada quando os recursos financeiros necessários são obtidos.
c) A formulação de políticas públicas consiste na aprovação de leis pelo Poder Judiciário.
d) O monitoramento substitui a etapa de avaliação.
►e) A execução corresponde ao momento em que a política é realizada por meio de programas, projetos e ações governamentais.